ANEXO I

REQUERIMENTO DE ISENÇÃO OU NÃO INCIDÊNCIA					
IDENTIFICAÇÃO					
DE CUJUS:					
CPF				DATA ÓBITO	
Sujeito Passivo (cônjuge, herdeiro ou cessionário):					
Nome					
CPF		RG	Tel.	e-mail	
Vínculo					
Endereço					
Rua		Bairro		Nº	
Bairro		Cidade	UF		CEP
Inventariante/Procurador (se houver)					
Nome					
CPF		RG	Tel.	e-mail	
Rua		Bairro		Nº	
Bairro		Cidade	UF		CEP

Ilustre Auditor, a interessada supra identificada vem à presença de V. Sª solicitar o reconhecimento da ISENÇÃO do Imposto sobre Transmissão causa Mortis e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos - ITCMD relativamente ao(s) bem(ns) ou direito(s) acima identificado(s), com fundamento no art. 4º, I, LCE 373/2020 (Imóveis avaliados em até R$ 250.000,00 desde que seja o único do monte-mor partilhável).

DOCUMENTOS NECESSÁRIOS

I - Cópia RG/CPF do sujeito passivo (cônjuge, herdeiro, cessionário, legatário)
II - Se for o caso, anexar também:
III - Cópia RG/CPF do Procurador/Inventariante, conforme o caso;
IV – Procuração/autorização específica para atuar no processo referente ao ITCMD;
V - Certidão negativa ou positiva de Imóveis emitida pelos Registros de Imóveis da Comarca do último domicílio do inventariado;
VI - Certidão negativa ou positiva de imóveis emitida pelo setor de cadastro do município do último domicílio do de cujus;
VII - Certidão negativa ou positiva de Imóveis emitida pelos Registros de Imóveis da Comarca do domicílio do cônjuge ou companheiro;
VIII - Certidão negativa ou positiva de imóveis emitida pelo setor de cadastro do município do domicílio do cônjuge ou companheiro;
IX - Cópia das Declarações de Ajuste Anual do Imposto de Renda Pessoa Física - DIRPF do falecido e do cônjuge sobrevivente (se declarar);
X - Declaração de isento de imposto de renda, disponível na página da Receita Federal do Brasil, escrita e assinada pelo inventariante ou responsável legal (se não declarar);
XI – Declaração de inexistência de bens em outros municípios e Estados da Federação.

OBSERVAÇÃO:
A Fazenda Pública poderá solicitar a apresentação de outros documentos no transcurso do processo de análise do favor fiscal.

Observações adicionais e que o interessado entenda relevante:

TERMOS EM QUE, PEDE DEFERIMENTO

LOCAL/DATA	ASSINATURA

Reservado ao Fisco